

MUDAR OS ESTATUTOS

A decisão do Conselho Universitário da UNICAMP de retirar da lista tríplice o nome do Prof. Celso Arruda, 3º colocado na lista da comunidade, deixou a comunidade perplexa por várias razões. Em primeiro lugar, porque não foi dada qualquer explicação para o fato e sequer o Conselho discutiu os motivos que o levaram a excluir o 3º nome, incluindo o Prof. André Villalobos na lista enviada ao Governador. Em segundo lugar, porque a forma em que se deu a votação, revelou não apenas uma escusa articulação da reitoria e administração; ela colocou em evidência a submissão de parte do Conselho Universitário aos ditames da administração da universidade e deixou explícita uma prática que se tornou comum nas universidades nos últimos anos: a luta pela manutenção do poder via eliminação do pensamento divergente, a recusa ao livre debate de idéias e a prática de subordinação e dependência incompatíveis com a autonomia científica e acadêmica que deve nortear o trabalho universitário.

A ADUNICAMP vem lutando há anos pela escolha direta dos dirigentes universitários, reitor e diretores, e para que o processo se esgote no interior da universidade. Escolha direta e não consulta, implica em eleições livres com regras claras que coíbam o uso da estrutura institucional e da máquina administrativa em benefício de candidaturas oficiais; implica também em definir com clareza os limites éticos e acadêmicos para o livre debate das propostas e programas, e sobretudo implica em respeito ao pluralismo, à divergência, à polêmica - características essenciais do trabalho científico..

A ADUNICAMP que sempre lutou e defendeu a escolha direta, entrou nesse processo e denunciando sempre, através de seus Boletins, os seus limites. Entendemos que nossa atenção agora deve centrar-se no processo de modificação do estatuto da universidade apresentando propostas que descentralizem a estrutura de poder da universidade, concedam maior autonomia às unidades e alterem a composição e ampliem as atribuições do Conselho Universitário de maneira a torná-lo o colegiado onde acontecem as grandes discussões e deliberações a respeito da política científica, acadêmica e administrativa da UNICAMP.

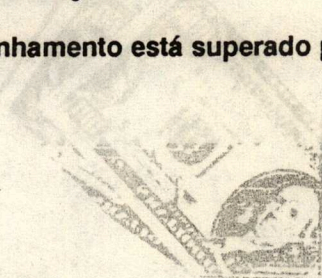
ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO GERAL

A ADUNICAMP realizou 2ª feira reunião geral de professores para avaliar os últimos acontecimentos relativos à lista tríplice para reitoria. Foram sugeridos os seguinte encaminhamentos:

1 - Carta aos docentes das Congregações solicitando discussões a respeito da votação do CONSU.

2 - Carta aos conselheiros do CONSU manifestando nosso protesto pela lista tríplice enviado ao Governador e solicitando reunião extraordinária para reelaboração da lista.

(No entendimento da Diretoria este último encaminhamento está superado pelos fatos. A decisão final será tomada pelo CR de hoje - 4ª feira).



CRUESP NÃO DEFINE O ÍNDICE DE ABRIL

Apesar de a Ministra ter anunciado o índice de reajuste 0 (zero) para todos os trabalhadores, vale lembrar que os docentes das Universidades Públicas Paulistas não estão contemplados por esta política salarial.

Com o decreto de autonomia, as Universidades podem estabelecer sua própria política salarial. Mas o CRUESP tem adiado (inexplicavelmente) a reunião para definir o reajuste deste mês.

Quanto ao adiamento do mês de abril, os reitores da USP e UNESP manifestaram-se favoravelmente a sua concessão, mas o reitor da UNICAMP não emitiu sua opinião.

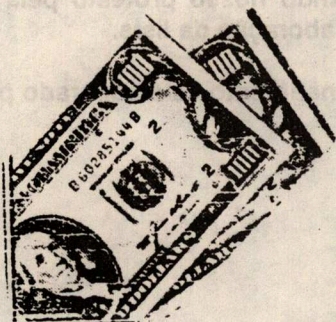
As AD's já enviaram ofício aos reitores solicitando, em caráter de urgência, o pagamento do adiantamento de igual valor ao efetuado em março, até a definição dos salários de abril.

VEJA COMO O SALÁRIO ESTÁ DEFASADO

Se o salário de abril for reajustado em:	O salário real de abril será igual de:
18,10%	JAN/90
44,33%	JAN/89
62,11%	JAN/88
72,14%	JAN/87

OBS: Para realizar estes cálculos, foi adotado o ICV-DIEESE de abril igual a 10%.

A inflação zero que o governo está pré fixando, é correspondente ao período de 1 a 30 de abril e com uma nova sistemática de cálculo.



O ESTADO DE S. PAULO

Fiesp pede o adiamento do prazo do ICMS

A falta de recursos para que as empresas paulistas possam pagar seus impostos em dia levou ontem a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) a solicitar a prorrogação dos prazos de recolhimento das contribuições à Previdência Social e do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Num telex transmitido ao Ministério do Trabalho e Previdência Social e ao governo do Estado de São Paulo, a Fiesp argumenta que as empresas só têm uma opção: "Ou pagam os salários de seus funcionários ou recolhem os impostos", afirma o vice-presidente da entidade, Carlos Eduardo Moreira Ferreira.

Hoje, o presidente da Fiesp, Mário Amato, se reunirá com o governador Orestes Quêrcia para pedir que o ICMS de março e abril tenha seu recolhimento adiado por mais 60 dias ou então seja parcelado em cinco vezes mensais. A Fiesp também pretende reivindicar junto ao governo federal o adiamento do pagamento das tarifas de serviços públicos.

17/04/90